

ATA NÚMERO 29/XV/1.^a SL

Aos 11 dias do mês de janeiro de 2023, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Ministro da Cultura, na sequência dos requerimentos apresentados, respetivamente, pelos Grupos Parlamentares do PSD, PCP e BE, sobre os concursos de apoio sustentado às artes 2023/2026.

II PARTE

Audição regimental do Ministro da Cultura no âmbito da política geral do Ministério, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

I PARTE

Audição do Ministro da Cultura, na sequência dos requerimentos apresentados, respetivamente, pelos Grupos Parlamentares do PSD, PCP e BE, sobre os concursos de apoio sustentado às artes 2023/2026

O Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas-vindas ao Senhor Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, e à Senhora Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Carla Madureira (PSD), do Grupo Parlamentar proponente de um dos requerimentos, que iniciou a sua intervenção afirmando

ser chegado o momento de fazer uma avaliação séria, responsável e imparcial sobre a forma como decorreram os concursos da DGARTES e compreender as razões porque não alcançaram os objetivos propostos, designadamente o de pacificar este sector.

Disse que o Grupo Parlamentar do PSD lamenta que, por falta de disponibilidade do Senhor Ministro, esta audição ocorra quase dois meses depois do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ter sido aprovado pela Comissão mas, como diz o velho ditado português, «mais vale tarde do que nunca». E se relativamente ao atraso verificado nada se pode fazer, resta confiar que esta audição valha mesmo a pena. O Grupo Parlamentar do PSD espera sair desta audição devidamente esclarecido e, sobretudo, a conhecer as ações e as medidas que o Governo vai implementar tendentes a encontrar um caminho que sirva os interesses culturais, apoiando todos os projetos merecedores de uma avaliação positiva, independentemente da duração em que os mesmos se irão desenvolver, bem como um caminho de diálogo e de concórdia absolutamente necessário para um desenvolvimento cultural sustentado. É exatamente isso que as estruturas artísticas e os seus profissionais esperam desta audição. Vir aqui e repetir as justificações que o Senhor Ministro da Cultura tem vindo a dar, como, por exemplo, a de dizer que há aqui uma viragem no apoio às artes, é um discurso que não nos leva a lado nenhum. O setor cultural enfrentou recentemente uma das crises mais profundas de sempre e foi um dos sectores que foi mais afetado em termos económicos durante a pandemia. Numa altura em que a aposta deveria ser a de fomentar a recuperação e a reanimação deste sector, assistimos a um descontentamento generalizado dos agentes culturais das áreas das artes e dos espetáculos. Há centenas de profissionais da cultura que neste momento manifestam a sua indignação e protestam à porta da Assembleia da República face aos resultados dos concursos de apoio sustentado às artes de 2023-2026. Isto porque o Ministério da Cultura, numa atitude de total desconsideração pelas estruturas artísticas, atuou de tal forma que os resultados no âmbito dos concursos de apoio sustentado às artes da DGARTES voltaram a excluir mais de uma centena de estruturas culturais de norte a sul do País, sendo que estas candidaturas não foram excluídas por não terem cumprido os critérios dos concursos mas, sim, por falta de dotação orçamental.

Referiu que o Ministério da Cultura enfrenta um coro generalizado de críticas porquanto tomou decisões erradas relativamente a estes concursos, alterando as regras quando o jogo já estava a decorrer. Assim, perguntou se o Senhor Ministro da Cultura vai ou não corrigir a má decisão tomada, se vai ou não continuar a insistir em deixar centenas de projetos com mérito comprovado

sem apoio financeiro para os próximos dois anos ou se, pelo contrário, tenciona implementar medidas que corrijam esta profunda injustiça, se considera ou não importante, nesta fase tão crítica da vida cultural, abrir vias de diálogo de forma a alcançar um desenvolvimento cultural sustentável ou se quer continuar a laborar no mesmo erro e estar permanentemente de costas voltadas para a maioria das entidades do sector cultural. Fomentar o conflito é o caminho certo para o desenvolvimento cultural de Portugal, perguntou.

Usou de seguida da palavra a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) que começou por assinalar que em relação a esta questão em concreto, e ao contrário daquilo que foi dito pela Senhora Deputada Carla Madureira, o «mais vale tarde do que nunca» tem nuances. Os artistas que estão no exterior da Assembleia da República a manifestar-se não o entendem assim. Já saíram os resultados finais de todos os concursos nas seis modalidades artísticas, tendo-se confirmado aquilo para que as estruturas artísticas tinham alertado, uma razia completa nos concursos bienais, Portanto, neste caso o «tarde» tem um significado. Significa que o Ministro da Cultura não quis reavaliar a sua decisão de só injetar dinheiro nos concursos a quatro anos, o que significa que durante todo o processo não esteve disponível para ouvir as estruturas artísticas que sempre afirmaram que este modelo de financiamento iria ser desastroso. O Senhor Ministro entendeu que o reforço de verba deveria ser feito apenas quanto às candidaturas a quatro anos, alterando as regras a meio do jogo, pelo que a verba que era insuficiente para os concursos a dois anos manteve-se insuficiente e a verba que era insuficiente para os concursos a 4 anos foi de alguma forma mitigada. Conclusão, dezenas de estruturas com pontuações muito elevadas, como a Barraca ou o Festival Terras de Sombra e tantas outras, ficaram de fora de todo este processo. O Senhor Ministro na altura alegou que a alteração tinha como objetivo a estabilidade das estruturas artísticas e que as candidaturas a quatro anos garantiam uma maior estabilidade, mas o problema é que essa é uma decisão que não é do Senhor Ministro. Uma estrutura é que tem de decidir se quer candidatar-se a quatro ou a dois anos. Assim sendo, estes concursos vieram criar instabilidade para algumas estruturas, que acabaram por não ter apoio. Assim sendo, perguntou ao Senhor Ministro porque é que estas estruturas não tiveram direito a um reforço de verba como todas as outras. Terminou perguntando qual vai ser o efeito «bola de neve» deste concurso e se este modelo não é obsoleto e injusto.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) apresentou o requerimento do seu grupo parlamentar afirmando lamentar que o Senhor Ministro da Cultura não tenha encontrado um momento

disponível para vir à Comissão no mês de dezembro. Os três requerimentos em apreciação foram aprovados pela Comissão e é uma obrigação do Senhor Ministro vir ao Parlamento enquanto membro do Governo prestar contas

Relativamente aos resultados dos concursos, aquilo que eles revelam é um desastre, deixando mais de 100 estruturas com candidaturas elegíveis de fora dos apoios por falta de dotação orçamental. São estruturas que se dedicaram a apresentar devidamente a sua candidatura que se reveste de uma enorme complexidade, que cumprem os critérios que constam dos avisos dos concursos, que foram consideradas elegíveis mas que no final não têm apoio. O que é o que Senhor Ministro tem a dizer a todas estas estruturas, que se esforçaram, que trabalharam mas que foram excluídas dos apoios, quando são elas que de norte a sul do País prestam um verdadeiro serviço público de cultura, que asseguram uma democratização da cultura e que levam um vasto conjunto de populações as mais diversas atividades culturais? O que é que o Governo tem a dizer a todas estas estruturas??? Lamentamos, mas não podemos apoiar porque não há dotação orçamental ???

Estes resultados revelam uma profunda desvalorização do Governo pelo sector da cultura e pela atividade desenvolvida por estas estruturas e pelos trabalhadores da área da cultura. Há mais de uma centena de estruturas das mais diversas áreas que ficaram sem apoios, apesar de terem provas dadas com décadas de trabalho desenvolvido no nosso país. Para além das verbas da cultura serem manifestamente insuficientes para desenvolver a atividade cultural no nosso país, estes resultados revelam que este modelo de apoio às artes não é solução e não dá resposta às necessidades existentes.

O Governo vai ou não reforçar as verbas para assegurar o apoio a todas as candidaturas elegíveis, perguntou.

Concluiu afirmando ser imperioso que o Governo reforce as verbas para que todas as candidaturas elegíveis e que cumprem os critérios dos concursos tenham o devido apoio e possam continuar a desenvolver as suas atividades.

Usaram, também da palavra os Senhores Deputados Carla Sousa (PS), Pedro Pinto (CH), Joana Cordeiro (IL), Rui Tavares (L) e Inês Sousa Real (PAN), tendo o Ministro da Cultura respondido no final de cada intervenção às questões colocadas.

O Senhor Ministro da Cultura respondeu, no seguimento e cada intervenção, a cada uma das Senhoras Deputadas, sendo que a apresentação feita pode ser consultada [aqui](#).

II PARTE

Audição regimental do Ministro da Cultura no âmbito da política geral do Ministério, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Presidente da Comissão explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Ministro da Cultura para fazer uma intervenção inicial.

Após a intervenção inicial do Senhor Ministro da Cultura, usaram da palavra os Senhores Deputados Fernanda Velez (PSD), Rui Vilar (PSD), Mara Lagriminha (PS), Bruno Aragão (PS), Pedro Pinto (CH), Joana Cordeiro (IL), Paula Santos (PCP) e Joana Mortágua (BE), tendo o Senhor Ministro da Cultura, bem como a Senhora Secretária de Estado da Cultura, intervindo a seguir a cada intervenção para responder às questões colocadas.

(entretanto assumiu a presidência a Senhora Vice-Presidente Joana Mortágua)

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Rosário Gamboa (PS), Fernanda Velez (PSD), Rita Matias (CH), Cristina Sousa (PS), Guilherme Almeida (PSD), Pompeu Martins (PS), Carla Madureira (PSD), Sara Velez (PS), João Montenegro (PSD), Catarina Lobo (PS), Maria Emília Apolinário (PSD), José Soeiro (BE), António Pedro Faria (PS), Firmino Marques (PS), Maria João Castro (PS), Inês Barroso (PSD), Luís Graça (PS), Artur Soveral Andrade (PSD), Fátima Ramos (PSD), Cláudia André (PSD), Cristiana Ferreira (PSD) e Alexandre Poço (PSD).

O Senhor Ministro da Cultura e a Senhora Secretária de Estado da Cultura responderam às questões colocadas, após cada intervenção dos Senhores Deputados.

Na terceira ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados

O Senhor Ministro da Cultura e o Senhor Secretário de Estado da Cultura responderam no final, em bloco, a todas as questões, após cada intervenção dos Deputados.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição regimental, agradecendo ao Senhor Ministro da Cultura e à Senhora Secretária de Estado da Cultura os esclarecimentos prestados.

A documentação, as gravações áudio e vídeo da audição regimental encontram-se disponíveis na [página internet da Comissão](#).

A reunião foi encerrada às 14 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de janeiro de 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Luís Graça)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)
Bruno Aragão (PS)
Carla Sousa (PS)
Francisco Dinis (PS)
Luís Graça (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria João Castro (PS)
Miguel Matos (PS)
Pompeu Martins (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Sara Velez (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Inês Barroso (PSD)
João Barreiras Duarte (PSD)
João Prata (PSD)
Joana Cordeiro (IL)
Paula Santos (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Catarina Lobo (PS)
Cristina Sousa (PS)
Paula Reis (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Cláudia André (PSD)
Firmino Marques (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Rui Vilar (PSD)

Pedro Pinto (CH)

Artur Soveral Andrade (PSD)

Rita Matias (CH)

José Moura Soeiro (BE)

Inês Sousa Real (PAN)

Rui Tavares (L)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Bento (PSD)

Jorge Galveias (CH)